

Citar: Apellidos, N. (2016) "Título", en: Santos González, D. y Giménez Rodríguez, S. (coords.) (2016). *Integraciones y Desintegraciones sociales*. Toledo: ACMS, pp.

EL REGRESO DE LA GLOBALIZACIÓN COLONIAL EN LA DESTITUCIÓN DEL ESTADO DEMOCRÁTICO EN AMERICA LATINA

Maria do Socorro Pereira da Silva. *Universidade de Coimbra*

Maria do Carmo Alves do Bomfim. *Universidade Federal do Piauí*

Edmara de Castro Pinto. *Universidade do Minho*

1 GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL E O REGRESSO COLONIAL

A globalização econômica entendida como um processo de mundialização das economias nacionais está sob o domínio privado de uma minoria de grupos capitalistas colonizadora, cujo propósito é a acumulação de capital. Sob a linguagem tradicional eurocêntrica, tem apresentado um complexo receituário para diversos países, com a justificativa de "salvaguardar" a estabilização economia mundial. Essa proposta é afirmada na linguagem financeira dos organismos internacionais, como: Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e a Organizações de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Essas organizações supranacionais são responsáveis pela expansão e pela articulação da globalização neoliberal, pela política de austeridade e pelo esvaziamento de parte do poder do Estado, comprometendo sua autonomia e soberania nacional. Esse modo de pensar o desenvolvimento da sociedade fez emergir outro tipo de globalização, com base na concepção neoliberal, que denominamos, neste estudo, de *globalização colonial capitalista*, marcando a centralidade desta investigação e análise, percebendo seus impactos, repercussões e lutas anticoloniais e anticapitalistas. A pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso, articulada pelo método dialético, analisa a relação do particular com a totalidade, o que exige a superação do pensamento aparente a partir de uma análise profunda que procura considerar o processo vivido no contexto histórico marcado pelo conflito, pela contradição e pelas transformações sociais.

Com base nessa análise, a globalização neoliberal, no contexto atual, produz-se para além dos territórios coloniais, faz-se reversa e voraz rumo aos territórios imperiais, cujos impactos e consequência tem suprimido a dignidade humana, realidade que reafirma o pensamento de Rousseau (1886, p.02): "O homem nasce livre, e, não obstante, está acorrentado em

MESA DE TRABAJO 6: DEMOCRACIA, PARTICIPACIÓN POLÍTICA, MOVIMIENTOS SOCIALES Y ADMINISTRACIÓN PÚBLICA

toda parte. Julga-se senhor dos demais seres sem deixar de ser tão escravo como eles”. As bases filosóficas deste pensamento colonial têm sustentado a expansão marítima da globalização econômica, em que uma parte do “globo” ostenta um consumismo descartável e outra parte enfrenta os processos brutais de exclusão e de desigualdade social, marcada pela miséria e pela extrema pobreza. É sob esta realidade que os colonizadores (novos e velhos) registram suas digitais de identificação da globalização neoliberal de caráter colonial.

Nesse sentido, as promessas da modernidade de igualdade, fraternidade e liberdade, da qual Rousseau era precursor, tornaram-se impossíveis de serem cumpridas neste contexto de regresso colonial. Diante do exposto, apresentamos quatro questões pertinentes: Queremos viver sob marcos da globalização colonial ou da sociedade local, sem deixar de ser global? É possível superar as concepções epistemológicas liberais de Estado, democracia e economia? Em igual sentido, o Estado deve servir aos interesses econômicos ou os interesses econômicos devem servir ao desenvolvimento da sociedade e do Estado como principal indutor dos interesses sociais? É possível pela linguagem crítica intercultural ouvir as vozes dos povos subalternizados e excluídos? Para adentrar no universo dessas questões, fundamentamos o conceito de globalização colonial em que predomina as multifaces da globalização neoliberal, nas diversas esferas da sociedade, tais como: social, política, econômica, cultural, ambiental, entre outras. Caracteriza-se também pelos modos de dominação colonial marcada historicamente pela expropriação da dignidade humana. Com frequência, o ser humano vê seus direitos fundamentais negados pelos países eurocêntricos dominantes, seja na África, na América Latina, na Palestina, ou mesmo na Grécia.

Dessa forma, a Globalização Neoliberal tem contribuído para o regresso colonial, de maneira que a lei predominante corresponde à descaracterização das identidades nacionais, ao mesmo tempo em que ocupa os territórios em crise, sob a justificativa de estabilização e de organização para retomada do crescimento econômico. Entretanto, as políticas de alteridades têm a desumanização com princípio fundante, uma vez que retira direitos dos trabalhadores, comprime o papel social dos Estados nacionais e nega a liberdade dos cidadãos sobre as decisões que implicam nos rumos de suas próprias vidas e de seus países. Estas formas de intervenção colonial têm colocado duas questões centrais, de um lado, o papel que tem sido atribuído às concepções liberais de Estado, de Democracia e de Economia e, do outro lado, as forças de resistências das classes subalternizadas

MESA DE TRABALHO 6: DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, MOVIMENTOS SOCIAIS Y ADMINISTRACIÓN PÚBLICA

Com relação ao Estado, vem sendo reconfigurado em sua estrutura institucional para se adaptar às imposições econômicas dominantes e, respectivamente, aos programas de austeridade dos organismos internacionais, em parceria com as elites nacionais e locais, retirando ainda mais o caráter social do Estado e atribuindo funções econômicas de resgate das “crises financeiras” do sistema capitalista. A democracia liberal representativa, colocada em xeque pelo sistema financeiro internacional, pela dicotomia participação e representação. Esse contexto tem presenciado as lutas contra-hegemônicas impressas pela linguagem crítica intercultural dos tradicionais e pelos novos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil. São essas vozes que dão ao mundo outras leituras para construção de uma sociedade humanizadora que reencontra no local um modo global de ser e de viver sua identidade, seus valores, seus modos de produção, sem, para isso, violentar e exterminar vida humana.

2 MÚLTIPLAS CONCEPÇÕES DE GLOBALIZAÇÃO E O REGRESSO COLONIAL

O intelectual brasileiro, Milton Santos, ao discutir os elementos para construção de uma “Outra Globalização”, fala sobre a necessidade de uma transição do pensamento único à consciência universal, ao questionar o processo de produção e globalização. Argumenta que esse modelo de globalização neoliberal tem aprofundado o fosso entre os países ricos e pobres, deixando invisíveis os que vivem em completo estado de natureza, em situação de miséria e de exclusão social, em que predomina a ausência completa de compaixão para com os povos subalternizados que veem seus territórios dominados e suas identidades dizimadas. Assim, ele afirma que:

“Nos últimos cinco séculos de desenvolvimento e expansão geográfica do capitalismo, a concorrência se estabelece como regra. Agora, a competitividade toma lugar da competição. A concorrência atual não é mais a velha concorrência, sobretudo porque chega eliminando toda forma de compaixão. A competitividade tem a guerra como norma. Há, a todo custo, quer vencer o outro e esmagando-o para tomar seu lugar” (Santos 2001, 46).

Este pensamento denuncia as práticas abusivas do regresso colonial, uma vez que a globalização colonial capitalista tem colocado em questão a própria sobrevivência da vida humana e do planeta. “Enquanto isto, as ideias de igualdade, de liberdade e de fraternidade fermentam entre os homens, que não são iguais ou irmãos de outros homens nem se veem livres entre eles” (Gramsci 2014, 365). Nesse sentido, o avanço do capitalismo nas sociedades impede progressivamente os homens de serem iguais e livres entre si. As crises

MESA DE TRABAJO 6: DEMOCRACIA, PARTICIPACIÓN POLÍTICA, MOVIMIENTOS SOCIALES Y ADMINISTRACIÓN PÚBLICA

capitalistas, de 2008, 2012 e, a mais atual, a crise europeia, testemunham essa impossibilidade, cuja ordem doutrinária econômica tem submetido os povos e nações à degradação humana. O capitalismo viola os direitos da pessoa humana, causado pelo desemprego, recessão e empobrecimento da população, reduzindo, cada vez mais, o papel dos estados nacionais, como analisa Gómez , ao conceituar o capitalismo globalizado:

“A chamada globalização da economia refere-se à nova forma gerada nas últimas décadas pelo processo de acumulação e internacionalização de capital e às restrições crescentes com que seu funcionamento e suas forças dominantes (corporações transacionais e detentores do capital financeiro) impõe à soberania e à autonomia dos estados nacionais” (Gómez 2000, 146).

A América Latina sofreu abalos profundos provocados pelas forças econômicas hegemônicas contra os estados nacionais. Entretanto, parece ter reencontrado seu próprio rumo ao pronunciar sua linguagem crítica intercultural transgressora de enfrentamento à globalização neoliberal, como a experiências do Movimento Zapatista no México e o do Movimento Sem Terra (MST) no Brasil, como analisa Boaventura de Sousa Santos, ao dizer:

“A globalização neoliberal é hoje um fator explicativo importante dos processos econômicos, sociais, políticos e culturais das sociedades nacionais. Contudo, apesar de mais importante e hegemônica, está globalização não é a única. De par com ela e em grande medida por reação a ela está emergindo uma outra globalização, constituída pelas redes transfronteiriças entre movimentos, lutas e organizações locais e nacionais que nos diferente cantos do globo se mobilizam para lutar contra a exclusão social, a precarização do trabalho, o declínio das políticas públicas, a destruição do meio ambiente e da biodiversidade, o desemprego, as violações aos direitos humanos, as pandemias, os ódios interétnicos produzidos direta ou indiretamente pela globalização neoliberal” (Santos 2002, 13).

Os povos deste continente têm resistido historicamente aos domínios econômicos coloniais, como força contra hegemônica, segundo Quijano (2005, 227): “a globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial”. Esse processo significou a destituição do Estado para ser repositório de poder, cumprindo os ditos

MESA DE TRABALHO 6: DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, MOVIMENTOS SOCIAIS Y ADMINISTRACIÓN PÚBLICA

da globalização colonial que representa um perigo para existência da concepção de Estado Social, como conhecemos atualmente. Segundo Held & McGrew:

“[...] a globalização vem enfraquecendo a capacidade do Estado em cumprir o que promete aos cidadãos, com isso desgastando sua legitimidade e a confiança dos cidadãos em seu legado histórico. [...] a globalização “esvaziou” os Estados minando sua soberania e autonomia. [...] Os Estados já não tem a capacidade e os instrumentos políticos de que precisam para contestar os imperativos da mudança econômica global” (Held & McGrew 2001, 84-85).

A linguagem crítica intercultural dos movimentos de resistência em todo o planeta denuncia o regresso colonial, ora expresso pela globalização colonial. Entendida como modo de expropriação, de dominação e de subalternização dos países a um sistema global econômico dominante, único e verdadeiro. As forças econômicas dominantes impõem ajustes políticos às instituições públicas, assume a regulação e o controle econômico dos bancos, restringindo a intervenção social das políticas públicas como saúde, educação, habitação, emprego, assistência social, entre outras. Além de reduzir a importância dos mecanismos de participação popular na definição das políticas de Estado, comprometendo a emancipação social das classes populares, vem aumentando os níveis de desigualdades e de concentração de renda. São inúmeras as investidas para comprimir o papel do Estado pelos organismos internacionais ao impor pacotes de ajuste neoliberal, descaracterizando o papel social do Estado, como analisa Castells, ao discutir o poder da identidade e a desconstrução do Estado. Vejamos:

“No entanto, a representação desproporcional dos interesses sociais, culturas e territórios do Estado-Nação, descaracterizou as instituições nacionais em função dos interesses das elites que deram origem a esse Estado e de sua política de alianças, abrindo caminho para as crises institucionais sempre que as identidades subjugadas historicamente ou revividas pela ideologia viam-se em condições de se mobilizar pela renegociação do contrato histórico nacional” (Castells 1999, 13).

Desse modo, o sistema econômico tem prevalecido sobre as decisões políticas do Estado, comprometendo a autonomia e a sua identidade nacional e, ao mesmo tempo, criando uma fissura no modelo de democracia liberal. Essa concepção de globalização colonial tem corroído o Estado em seu papel de indutor do desenvolvimento e da igualdade social, abrindo espaço para o regresso da colonização em várias sociedades. Contraditoriamente,

MESA DE TRABAJO 6: DEMOCRACIA, PARTICIPACIÓN POLÍTICA, MOVIMIENTOS SOCIALES Y ADMINISTRACIÓN PÚBLICA

tem colocado em questão seu próprio modelo de democracia liberal, fragilizando as instituições e as formas de organização social dos povos em todo mundo. Por isso, as leituras sobre os processos de globalização neoliberal apresentam uma intensa luta para submeter os Estados perante o capital, negligenciando as condições humanas dos povos e as condições sociais de seus territórios.

2.1 A linguagem crítica intercultural e a defesa do estado democrático popular na América Latina

A linguagem é cultura, no sentido amplo da palavra. Como pensar a linguagem a partir das linguagens que foram silenciadas, ocultadas pela linguagem hegemônica como mecanismo de ratificação dos discursos válidos e competentes, em detrimento dos discursos ditos incompetentes e marginais. É sobre os discursos marginais (ausentes) das linguagens oficiais que Paulo Freire dedica grande parte de seus estudos. Para ele, o conceito de linguagem é a parte fundamental de revelação das situações de opressão das classes populares, constituindo-se em instrumento de poder, como consta no Dicionário Paulo Freire, como assevera Streck:

“A linguagem para Paulo Freire é a expressão do conhecimento produzido pelo homem em sua relação (aquele que conhece) versus objeto (aquilo que é conhecido), servindo como forma de comunicação carregada por relações de poder, pois as diferenças de linguagem ou idioma têm um fundamento político e ideológico de poder [...]” (Streck 2010, 247).

Nesse sentido, apontamos como perspectiva discutir o conceito de linguagem crítica intercultural: é a capacidade de inteligibilidade da linguagem popular dita pelos povos oprimidos e excluídos desse modelo de globalização colonial; é a linguagem sistematizada a partir dos processos educativos do meio popular, que tornam compreensivos os sentidos de sociedade pela qual se luta; é ação crítica das lutas e das experiências emancipatórias, dita por eles mesmos, do modo como compreendem, da forma como vivem e de sua relação com o mundo. A linguagem crítica intercultural é a capacidade de articular redes globais de solidariedade em apoio prático às lutas emancipatórias, de modo que as lutas dos oprimidos sejam a luta de todos os movimentos e organizações sociais do planeta. Isso exige romper com as fronteiras do isolamento das lutas locais, tornando-as visíveis para o contexto global.

Desse modo, a luta indígena em Chiapas no México passa a ser uma luta de todos, cujos gestos de solidariedade e de comprometimento passam pela presença, nesse país, em apoio às atividades dos movimentos indígenas para garantia de suas identidades e de

MESA DE TRABAJO 6: DEMOCRACIA, PARTICIPACIÓN POLÍTICA, MOVIMIENTOS SOCIALES Y ADMINISTRACIÓN PÚBLICA

condições sociais dignas em seus territórios contra a ação civilizatória da globalização colonial. Dito de outro modo: são encontros globais de lutas emancipatórias contra os processos de exclusão promovidos pela expansão e pela articulação do capitalismo nos territórios locais, de forma que o encontro da linguagem crítica intercultural dos povos passa, necessariamente, pelas vivências de experiências concretas nas lutas uns dos outros, como uma rede de solidariedade real das lutas contra-hegemônicas globais.

É essa linguagem libertadora que tem questionado o modelo de democracia liberal, ao longo das últimas duas décadas, tendo sido desacreditada quanto ao seu caráter emancipatório. Apesar de ser hegemônica e dominante foi a que mais perdeu credibilidade perante os seus representados. Isso reflete a crise dos tradicionais sistemas políticos, uma vez que favorece a corrupção, predominando nos sistemas eleitorais o poder financeiro das elites dominantes. Essa forma de democracia tem sido representativa, em sua maioria, dos interesses dos grandes grupos econômicos e de setores conservadores. Contudo, tem sido esse modelo hegemônico de “[...] democracia parlamentar e representativa do tipo Ocidental que tem sido apresentada a diferentes sociedades, um pouco por todo mundo, como o modo ‘natural’ de organização da vida política e da participação dos cidadãos” (Nunes y Serra 2002, 257). O acelerado processo de globalização econômica vem colocando em questão a legitimidade da democracia representativa. Essa tentativa tem repercutido na mobilização da sociedade, marcada por um senso de apatia por parte das organizações sociais com relação à participação dos espaços institucionais de democracia indireta, como conselhos, fóruns, conferências, sobretudo pela natureza consultiva em detrimento da deliberativa destes espaços públicos. Contudo, ainda existem experiências diversas de democracia na reinvenção da participação popular e do controle social, isso significa uma luta por modos mais democráticos como a democracia popular, como analisa Santos:

“A variação na prática democrática é vista como maior interesse no debate democrático atual rompendo com as adjetivações próprias do debate do período da guerra fria – democracias populares *versus* democracias liberais. Ao mesmo tempo e paradoxalmente, o processo de globalização suscita uma nova ênfase na democracia local da forma democrática no interior do Estado nacional, permitindo a recuperação das tradições participativas em países como o Brasil, a Índia, Moçambique e a África do Sul [...]” (Santos 2003, 42).

Certamente, os desafios para manter a democracia em um nível superior às imposições das forças econômicas têm sido uma tarefa complicada para as forças contra-hegemônicas que,

MESA DE TRABALHO 6: DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, MOVIMENTOS SOCIAIS Y ADMINISTRACIÓN PÚBLICA

historicamente, tiveram sua forma de participação normatizada pelo Estado, mais no campo dos deveres do que dos direitos. Assim, destaca-se o exemplo da Grécia, ainda que do ponto de vista político tenha sido simbólico, ao impor um referendo (forma de participação popular) como meio de defesa da democracia ateniense das forças mercantis. Stuart Hall, ao discutir as condições de emergências das sociedades multiculturais como forças democráticas alternativas ao processo de globalização contemporânea, analisa:

“A globalização tem causado extensos efeitos diferenciadores no interior das sociedades ou entre as mesmas. Sob essa perspectiva, a globalização não é um processo natural e inevitável, cujos imperativos, como o Destino, só podem ser obedecidos e jamais submetidos à resistência e variação. Ao contrário, é um processo homogeneizante, nos próprios termos de Gramsci. É ‘estruturado em dominância’, mas não pode controlar ou saturar tudo dentro de sua órbita” (Hall 2003, 59).

Nesse sentido, é urgente que possamos manter o Estado como um campo de disputa para redução das desigualdades sociais e das injustiças, uma vez que a maioria das classes populares depende do Estado enquanto executor de políticas sociais. O regresso da globalização colonial capitalista, – cujas marcas têm antecedentes nos processos de colonização no mundo, que são violência, dominação e expropriação do Estado para destituição de sua dimensão social e, respectivamente de negação dos direitos sociais dos mais pobres –, precisa encontrar nas experiências históricas e nas mais recentes de resistência e reinvenção social dos movimentos e organizações dos povos da América Latina.

O afastamento da presidenta Dilma Rousseff é um investimento do capital internacional que avança na América Latina, sustentado por pactos com as elites locais, a exemplo do que ocorre na Venezuela, no Paraguai e na Argentina que vivenciam contextos semelhantes ao brasileiro. O capitalismo, para se consolidar como força motriz no mundo, avança para além das fronteiras dos territórios colonizados. A Europa também sofre as consequências de suas investidas, claro que em menor escala, a exemplo da situação da Grécia, de Portugal, da Espanha e a recente saída do Reino Unido da zona do Euro, aprofundando a crise nesse continente. O longo período em que os olhares estadunidenses estiveram direcionados para Oriente começa a encerra seu ciclo e, com seus instrumentos bélicos institucionais, viram-se para a destituição dos Estados na América Latina, impondo-nos retrocessos em direitos humanos e em direitos de cidadania.

MESA DE TRABALHO 6: DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, MOVIMENTOS SOCIAIS Y ADMINISTRACIÓN PÚBLICA

Nesse sentido, os territórios estatais têm sido ocupados pelas elites locais e nacionais reforçadas pelos seus instrumentos hegemônicos de dominação midiática, jurídica, política, entre outros, para destituir toda força emancipatória que assume o Estado pelos governos. Diante desse contexto, testemunhamos a destituição dos governos progressistas, a destituição das políticas sociais, a destituição dos sistemas políticos e a destituição da democracia (ainda que seja a liberal). A marcha sobre o contexto brasileiro visa a apropriação e a dominação do Estado para implementar as políticas neoliberais de austeridade que sustenta o Capitalismo. Por isso, os projetos das elites locais são fortalecidos pelo capital global que se caracteriza pelo avanço da globalização colonial na destituição do Estado.

Para enfrentar esse contexto, temos que reinventar nossas relações com os processos de mobilização sócia. Nesse aspecto, é necessário o fortalecimento dos movimentos sociais e das classes populares na perspectiva de problematizar o seu papel na sociedade, para que sejam capazes de sair de uma agenda defensiva de lutas para uma agenda propositiva e coletiva de ações mobilizatórias em defesa dos direitos sociais e de novas conquistas. Por isso, a emergência da Linguagem Crítica Intercultural dos povos subjugados e oprimidos na afirmação de sua identidade nacional, a partir de seu local, de seu território e de sua condição e situação social. Para tanto, é necessário ouvir as vozes do mundo, tendo como instrumento principal a linguagem crítica intercultural dos povos que sofrem com as investidas desumanas do capitalismo.

Nesse sentido, são os oprimidos que carregam a legitimidade primeira de fazer, a partir da linguagem crítica, sua própria tradução, como possibilidade de dar sentidos e significados às suas dores, mas também como forma de se contraporem às traduções hegemônicas de inferiorização de seus territórios e de suas identidades nacionais, que, por vezes, são contra seus projetos de sociedade.

4 CONCLUSÃO

A linguagem crítica intercultural dos povos que resistem à globalização neoliberal de caráter colonial tem sido um instrumento de defesa e de fortalecimento da democracia, do Estado democrático e das formas de participação popular em todo mundo. A participação, seja na esfera da sociedade civil ou ainda nas lutas por participação popular na esfera estatal, retoma o caráter social e emancipatório das instituições públicas e do Estado, que está em disputa com as forças hegemônicas do grande capital. Essa correlação de força poderá

MESA DE TRABAJO 6: DEMOCRACIA, PARTICIPACIÓN POLÍTICA, MOVIMIENTOS SOCIALES Y ADMINISTRACIÓN PÚBLICA

determinar se o Estado deve servir aos interesses sociais ou às forças econômicas. Nesse sentido, Gramsci (2014, 370), ao analisar o papel da sociedade civil no fortalecimento dos Estados nacionais, assegura que “a sociedade civil” tornou-se uma estrutura muito complexa e resistente às “irrupções” catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.)”. Com relação aos interesses sociais, as sociedades têm testemunhado as experiências dos povos oprimidos organizados na sociedade civil em vários países, como força contra-hegemônica ao projeto neoliberal de globalização. As multífaces do regresso colonial e da destituição do Estado social em favor do Estado econômico, a globalização colonial capitalista tenta submeter todo o globo aos processos civilizatórios financeiros. Entretanto, ao se contrapor à tradução oficial dos grandes mercadores, as forças contra-hegemônicas têm sido capazes de ocupar o espaço público para dizer ao mundo os seus próprios sentidos e condições em que estão sendo submetidos pelas forças internas ou externas do capitalismo neoliberal.

Portanto, é possível ser uma sociedade global local sem perder seu caráter planetário, suas identidades, suas formas de desenvolvimento econômico emancipatório contra a lógica da concentração de riquezas e do acúmulo de capital. Apostar que, mesmo em um sistema econômico dominante, as forças vivas da sociedade política podem retomar os rumos sociais e humanitários de suas sociedades. Apesar de a tarefa ser grandiosa diante da ferocidade do modo colonial mercantil, um sopro de esperança democrática surge das diversas linguagens interculturais dos povos oprimidos contra o regresso colonial. A democracia representativa, participativa e popular, apesar de ter sua credibilidade afetada pela globalização colonial e neoliberal, ainda é instrumento necessário e indispensável para a retomada do Estado e da sua função social de emancipação e de justiça global nas diversas partes do mundo.

REFERÊNCIAS

Quijano, A 2005, ‘Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina’, in E Lander (comp.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciencias sociais*. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. p. 227-278.

Castells, M 1999, *O poder da identidade*. Paz e Terra, São Paulo. Tradução Klauss Brandini Gerhardt.

MESA DE TRABAJO 6: DEMOCRACIA, PARTICIPACIÓN POLÍTICA, MOVIMIENTOS SOCIALES Y ADMINISTRACIÓN PÚBLICA

Gómez, J 2000, 'Globalização Política: mitos, realidades e dilemas', in P Gentili (comp.), *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*, Vozes, Buenos Aires: CLASCO, Petrópolis, RJ. p. 128-175.

Gramsci, A 2014, *Cadernos do Cárcere*, vol. 6, 3. ed., Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. Tradução, organização e edição de Carlos Nelson Coutinho et al.

Hall, S 2003, *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*, Editora UFMG, Brasília: Representações da UNESCO no Brasil, Belo Horizonte. Organização de Liv Sovik. Tradução de Adelaine La Guardia Resende. .

Held, D & McGrew, A 2001, *Prós e Contras da Globalização*, Jorge Zahar, Rio de Janeiro. Tradução de Vera Ribeiro.

Nunes, J & Serra, N 2001, 'Casas decentes para o povo: movimentos urbanos e emancipação em Portugal', in BdeS Santos (comp.), *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. p. 255-293.

Santos, M 2001, *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*, 6. ed., Record, Rio de Janeiro.

Santos, B 2002, *A Globalização e as ciências sociais*, 2. ed., Cortez, São Paul.

Santos, B 2003, *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

Streck, D 2010, *Dicionário Paulo Freire*, 2. ed., Autêntica Editora, Belo Horizonte.

Rousseau, J 1886. *O Contrato Social*, 2. ed., Martins Fontes, São Paulo. Tradução Roberto Leal Ferreira.